



Lisboa, 15 de Junho de 2012

Exm^o. Senhor
Secretário de Estado da Administração Pública
Dr. Hélder Rosalino

Tomámos conhecimento da carta enviada por V. Ex.^{as} a qual nos merece os seguintes considerandos:

1. Durante meses as duas organizações sindicais médicas adoptaram uma atitude de transparência e de empenhamento negocial, sempre na perspectiva de se poder evoluir para um acordo e privilegiando, de forma inequívoca, o diálogo.
Inclusive, foram desmarcadas formas de luta para poder viabilizar um processo negocial que queríamos sério e baseado na boa-fé das partes envolvidas.
2. As várias situações de impasse na evolução da negociação, por ausência de propostas concretas da parte da delegação governamental, durante cinco meses, foram motivando crescentes preocupações quanto aos resultados previsíveis deste delicado processo.
3. Ao mesmo tempo que estavam a decorrer as negociações, o Ministério da Saúde tomou a iniciativa de publicar um concurso para empresas privadas com vista ao preenchimento de mais de dois milhões e quinhentas mil horas, o que equivale ao horário completo de 35 horas semanais para cerca de 1700 médicos.
Apesar das duas organizações sindicais médicas terem repetidamente suscitado à mesa das negociações a necessidade do Ministério da Saúde proceder à abertura de concursos de recrutamento, como está definido nos diplomas decorrentes dos procedimentos de negociação colectiva, e de os vários estabelecimentos de saúde continuarem, de forma deliberada, a contratarem médicos à revelia das disposições legais em vigor, nada foi feito nesse sentido.
4. Esta grave situação, que só pode ser entendida como de ausência de boa-fé negocial, motivou a tomada de posição das duas organizações sindicais médicas em torno da greve nacional dos médicos, medida seriamente ponderada como de último recurso.
Esta posição foi devidamente fundamentada em documento conjunto divulgado em conferência de imprensa.
5. O conteúdo da carta de V. Exas é inaceitável e vem colocar novos e graves elementos perturbadores a nível de um processo negocial desta enorme delicadeza.
Sendo claramente evidente que o Ministério da Saúde, para além de não cumprir nem fazer cumprir toda a legislação laboral médica em vigor, adoptou uma atitude inqualificável de publicar um concurso que viola frontalmente a contratação colectiva e a legislação de acesso à própria Função Pública enquanto decorriam supostas negociações sobre as mesmas matérias, V. Exas tentam agora, numa atitude lamentável, inverter os factos e as responsabilidades.

6. A afirmação de V. Exas expressa na carta, em nome do Governo, quanto à "...suspensão do processo negocial até demonstração cabal da parte dos Sindicatos da firme vontade em prosseguir com as negociações..." assume já aspectos inadmissíveis de falta de ética e de boa-fé negociais.

Como todos os factos demonstram, foi o Governo que violou as mais elementares normas negociais e que adoptou um comportamento insultuoso para com as organizações sindicais médicas ao simular negociações enquanto preparava e publicava um concurso, sem nunca ter efectuado qualquer referência a essa medida em nenhuma reunião.

É ao Governo que cabe demonstrar cabalmente a sua vontade em prosseguir com as negociações, mas de forma séria e transparente, o que não aconteceu até aqui como os factos concretos tão bem elucidam.

Assim, o conteúdo da referida carta só pode ser por nós entendido como mais um passo da parte do Governo para uma intencional agudização do clima conflitual existente e que é da exclusiva responsabilidade de V. Exas.

O Governo, mas principalmente o Ministério da Saúde, assume a integral responsabilidade por um conflito que as organizações sindicais médicas procuraram evitar a todo o custo.

Ao enviar essa carta, o Governo mostra, mais uma vez, que a sua vontade política não é assegurar negociações efectivas, mas continuar a efectuar manobras dilatórias.

As organizações sindicais médicas adoptarão, como sempre, uma atitude de valorização do diálogo e da negociação, mas não permitirão que quaisquer interlocutores negociais as minorizem e insultem com atitudes lamentáveis que visam reduzir as reuniões a meras formalidades de conveniência ocasional.

O Presidente da FNAM
Sérgio Esperança



O Secretário-Geral do SIM
Jorge Roque da Cunha

